

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PÚBLICO	Medidas gerais de enfrentamento da pandemia de COVID-19	Lei nº 13.979	06/02/2020	Presidência da República	Dispõe sobre medidas que podem ser adotadas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, visando à proteção da coletividade.
		Portaria nº 356	11/03/2020	Ministério da Saúde/GM	Regulamentação e operacionalização da Lei nº 13.979, de 06/02/2020.
		Decreto nº 10.282	20/03/2020	Presidência da República	Regulamenta a Lei nº 13.979, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais.
	Reconhecimento do estado de calamidade pública causado pela pandemia de COVID-19	Mensagem nº 93	18/03/2020	Presidência da República	Requer o reconhecimento, pelo Congresso Nacional, da ocorrência de calamidade pública, com efeitos até 31 de dezembro de 2020, em função da pandemia do novo coronavírus.
		Decreto Legislativo nº 6	20/03/2020	Congresso Nacional	Reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020.

Planilha atualizada até 03/04/2020

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PÚBLICO	Medidas financeiro-tributárias	Portaria nº 103	17/03/2020	Ministério da Economia/GM	Autoriza a PGFN a implementar medidas acerca da cobrança da D.A. da União, incluindo suspensão, prorrogação e diferimento de pagamentos.
		Portaria nº 7820	18/03/2020	Ministério da Economia/GM	<p>Estabelece as condições de parcelamento para a transação extraordinária na cobrança da D.A. da União (atende à Portaria 103, ME, de 17/03/2020). A transação extraordinária deve ser feita através do acesso à plataforma REGULARIZE da PGFN, envolvendo:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) pagamento de entrada correspondente a 1% (um por cento) do valor total dos débitos, dividida em até 3 (três) parcelas iguais e sucessivas; 2) parcelamento do restante em até 81 (oitenta e um) meses, sendo em até 97 (noventa e sete) meses na hipótese de contribuinte PF, empresário individual, microempresa ou EPP e; 3) diferimento do pagamento da primeira parcela para 30 de junho de 2020. Contribuições Sociais incidentes sobre folha de salário: parcelamento em até 57 meses. <p>Valor mínimo das parcelas: R\$ 100,00 (cem reais), para contribuinte PF, empresário individual, microempresa ou EPP e R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos demais casos.</p>

Planilha atualizada até 03/04/2020

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PÚBLICO	Medidas financeiro-tributárias	Resolução CGSN nº 152 (REVOGADA PELA CGSN nº 154)	18/03/2020	Ministério da Economia/CGSN	Prorroga as datas de vencimento dos tributos federais integrantes do Simples Nacional, do seguinte modo: 1) o Período de Apuração Março de 2020, com vencimento original em 20 de abril de 2020, fica com vencimento para 20 de outubro de 2020; 2) o Período de Apuração Abril de 2020, com vencimento original em 20 de maio de 2020, fica com vencimento para 20 de novembro de 2020; 3) o Período de Apuração Maio de 2020, com vencimento original em 22 de junho de 2020, fica com vencimento para 21 de dezembro de 2020. Observação: a prorrogação do prazo não implica direito à restituição de quantias eventualmente já recolhidas.
		Portaria Conjunta nº 555	23/03/2020	Ministério da Economia/SERFB	Prorrogação de prazo de validade das Certidões Negativas de Débitos relativas a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND) e Certidões Positivas com Efeitos de Negativa de Débitos (CPEND) em decorrência da pandemia relacionada ao COVID-19.
		Resolução nº 153	25/03/2020	Ministério da Economia/CGSN	Prorroga prazos de declarações do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas ME e EPP (Simples Nacional).

Planilha atualizada até 03/04/2020

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PÚBLICO	Medidas financeiro-tributárias	Portaria nº 8457	26/03/2020	Ministério da Economia/PGFN	Altera a Portaria PGFN nº 7.280, de 18 de março de 2020, que estabelece as condições para transação extraordinária na cobrança da dívida ativa da União, em função dos efeitos do coronavírus (COVID-19) na capacidade de geração de resultado dos devedores inscritos em DAU.
		Medida Provisória nº 927	22/03/2020	Presidência da República	Adiamento do prazo de pagamento do FGTS e da contribuição ao INSS.
		Medida Provisória nº 932	31/03/2020	Presidência da República	Redução de alíquotas de contribuição para o sistema S.
		IN nº 1930	01/04/2020	Ministério da Economia/RFB	Adiada apresentação de declaração de Imposto de Renda para o último dia útil de Junho de 2020.
		IN nº 1931	02/04/2020	Ministério da Economia/RFB	Adiada apresentação de declarações: DCTF, Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e EFD-Contribuições.
		Decreto nº 10.305	02/04/2020	Presidência da República	Reduziu a zero a alíquota do IOF para operações de crédito.

Planilha atualizada até 03/04/2020

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PÚBLICO	Medidas trabalhistas	Medida Provisória nº 927	22/03/2020	Presidência da República	Medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da COVID-19.
		Medida Provisória nº 936	02/04/2020	Presidência da República	Institui Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Trata, especificamente, sobre benefício emergencial para preservação de emprego e renda, de redução proporcional de jornadas de trabalho e de salários e de suspensão temporária de contratos de trabalho.
		Medida Provisória nº 944	03/04/2020	Presidência da República	Institui Programa Emergencial de Suporte a Empregos, destinado à realização de operações de crédito com empresários, sociedades empresárias e sociedades cooperativas, excetuadas as sociedades de crédito, com a finalidade de pagamento de folha salarial de seus empregados.
		Resolução CGSN nº 154	03/04/2020	Ministério da Economia/CGSN	Dispõe sobre a prorrogação de prazos de pagamento de tributos no âmbito do Simples Nacional, em razão da pandemia da Covid-19.
	Medidas previdenciárias	Portaria nº 373	16/03/2020	Ministério da Economia/INSS	Suspende a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias.

Planilha atualizada até 03/04/2020

LEGISLAÇÃO COMPILADA COVID-19

Legislação Federal

ORGANIZADOR GERAL	ORGANIZADOR ESPECÍFICO	NORMA PUBLICADA	DATA	ÓRGÃO/ENTIDADE	OBJETO
DIREITO PRIVADO	Medidas de crédito	Resolução nº 4.782	16/03/2020	Ministério da Economia/BCB	Estabelece critérios temporários para reestruturações de operações de crédito (gerenciamento de risco de crédito).
		Resolução nº 850	18/03/2020	Ministério da Economia/CODEFAT	Institui linha de crédito PROGER Urbano Capital de Giro/FAT, para Micro e Pequenas Empresas.
		Resolução nº 4.791	26/03/2020	Ministério da Economia/BCB	Altera a Resolução nº 4.782, de 16 de março de 2020.
	Medidas empresariais/societárias	Medida Provisória nº 931	30/03/2020	Presidência da República	Prorrogação de prazo para realização de Assembleia Geral Ordinária, no caso de encerramento de exercício social de Sociedade Anônima entre 31/12/2019 e 31/12/2020, para até 07 meses após do término do exercício social, dentre outras medidas.

Planilha atualizada até 03/04/2020